

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

MATTEUS LIRIO CAMPO

OS PROFESSORES DE BIOLOGIA EM PRÉ-VESTIBULARES POPULARES:
Percepções sobre o Fazer Docente

Porto Alegre

2019

MATTEUS LIRIO CAMPO

**OS PROFESSORES DE BIOLOGIA EM PRÉ-VESTIBULARES POPULARES:
Percepções sobre o Fazer Docente**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título
de Licenciado em Ciências Biológicas, pelo
Curso de Ciências Biológicas da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Orientador: Prof. Dr. Jaime José Zitkoski

Porto Alegre

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

MATTEUS LIRIO CAMPO

Orientador: PROF. DR. JAIME JOSÉ ZITKOSKI

OS PROFESSORES DE BIOLOGIA EM PRÉ-VESTIBULARES POPULARES:
Percepções sobre o Fazer Docente

BANCA:

Trabalho avaliado em: 10/07/2019

AVALIADORES:

Profa. Dra. Karine dos Santos (FACED/UFRGS)

Prof. Dr. Dilmar Luiz Lopes (FACED/UFRGS)

Seguindo os passos de Freire em “Pedagogia do Oprimido”,
dedico este trabalho às(os) esfarrapadas(os) do mundo e aos que
com elas(es) lutam

RESUMO

Os cursinhos Pré-Universitários Populares (PUPs), também conhecidos como “Cursinhos Alternativos”, “Cursinhos Comunitários”, “Pré-Vestibulares Populares” ou simplesmente “Cursinhos Populares”, são projetos de Educação Popular de iniciativa dos movimentos sociais. Inspirados nas teorias pedagógicas derivadas de experiências educativas dos anos 1960, guiadas por Paulo Freire, esses coletivos buscam a inclusão das classes populares nos bancos das universidades públicas. Mais que isso, propõem uma crítica à lógica de acesso às Instituições de Ensino Superior (IES) públicas realizada através dos concursos vestibulares, e, recentemente, via Sistema de Seleção Unificada (SiSu) com o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Operando sob os princípios da Educação Popular, que se reivindica emancipadora, libertadora e crítica, esses cursinhos são espaços que buscam a horizontalidade e a construção de uma sociedade mais justa e que supere as desigualdades. Com isso, partindo das experiências e vivências de educadoras(es) do Coletivo Pela Educação Popular (COLEP) e da Organização Não-Governamental Pela Educação Popular (ONGEP), o presente trabalho explora os elementos da Educação Popular vivenciados na prática dando voz e vez aos sujeitos engajados nessa militância. Como ponto de chegada, são destacadas e discutidas as principais considerações que marcaram a passagem dessas pessoas por estes espaços, bem como as reflexões do autor acerca delas e o que podem indicar como um caminho possível para este movimento.

Palavras-chave: educação popular, educação libertadora, cursinhos populares, pré-universitários populares

RESUMEN

Los Cursos Populares Preparatorios para el examen de ingreso en las universidades (PUPs, su sigla en portugués), también conocidos como “Cursos Alternativos”, “Cursos Comunitarios”, “Cursos Preparatorios Populares” o simplemente “Cursos Populares”, son proyectos de Educación Popular de iniciativa de los movimientos sociales. Inspirados en las teorías pedagógicas derivadas de experiencias educativas de los años 1960, guiadas por Paulo Freire, estos colectivos buscan la inclusión de las clases populares en los asientos de las universidades públicas. Más que eso, proponen una crítica a la lógica de acceso a las Instituciones de Enseñanza Superior públicas (IES) realizadas a través de las pruebas de selectividad y, recientemente, mediante Sistema de Selección Unificada (SiSu) con el Examen Nacional de Enseñanza Media (ENEM). Operando bajo los principios de la Educación Popular, que se reivindica emancipadora, libertadora y crítica, estos cursos son espacios que buscan la horizontalidad y la construcción de una sociedad más justa y que superar las desigualdades. Así, partiendo de las experiencias y vivencias de educadoras(es) del Colectivo Por La Educación Popular (COLEP) y de la Organización No Gubernamental Por La Educación Popular (ONGEP), el presente trabajo explora los elementos de la Educación Popular vivenciados en la práctica dando voz y vez a los sujetos comprometidos en esta militancia. Como punto de llegada, son destacadas y discutidas las principales consideraciones que han marcado el pasaje de estas personas por estos espacios, así como las reflexiones del autor acerca de ellas y lo que pueden indicar como un camino posible para este movimiento

Palavras-chave: educación popular, educación liberadora, cursillos populares, pre-universitario popular

LISTA DE SIGLAS

CEUE – Centro dos Estudantes Universitários de Engenharia

COLEP – Coletivo Pela Educação Popular

CV – Concurso Vestibular

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

IES – Instituição de Ensino Superior

MEB – Movimento de Educação de Base

ONGEP – Organização Não-governamental Pela Educação Popular

PEAC – Projeto Educacional Alternativa Cidadã

PUPs – Pré-Universitários Populares

PVP – Pré-Vestibular Popular

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SiSu – Sistema de Seleção Unificada

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	6
1.1 Metodologia.....	7
2 A EDUCAÇÃO POPULAR.....	9
2.1 Educação Popular como acesso à educação do Ensino Público.....	11
2.2 Educação Popular como a educação das classes populares.....	12
2.3 Educação Popular como a educação da sociedade igualitária.....	14
3 CONTEXTUALIZANDO OS PUPS NO BRASIL E EM PORTO ALEGRE: HISTÓRICO, OBJETIVOS E ORIGEM.....	17
3.1 Origem e Histórico.....	19
3.2 Os Cursinhos: COLEP e ONGEP.....	22
3.2.1 COLEP.....	22
3.2.2 ONGEP.....	26
4 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS: DIFERENTES NARRATIVAS SEGUNDO AS EXPERIÊNCIAS DOCENTES NOS PUPS.....	29
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	50

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso situa-se no contexto da Educação Popular, mais especificamente, da relação entre educadoras(es) da disciplina de biologia com a mesma dentro dos Pré-Universitários Populares (PUPs). A pesquisa pretendeu, a partir das(dos) docentes, explorar seu engajamento e como se relacionam suas práticas com essa atividade de cunho político-social, que é a militância nos cursinhos populares.

Nas últimas décadas o acesso à educação básica foi ampliado e teve como reflexo uma maior demanda pelo Ensino Superior, aumentando a concorrência. No entanto o fenômeno dos PUP ainda é pouco pesquisado no contexto da Educação Popular, o que motivou a presente pesquisa. Reconhecendo o privilégio de uma pequena parcela da população com acesso às Instituições Ensino Superior (IES) públicas, se faz necessária a discussão sobre a democratização das mesmas. Os cursos Pré-Universitários Populares (PUPs), ou Comunitários, surgem de forma autônoma como uma resposta a desigualdade no acesso ao Ensino Superior Público e segundo Nadir Zago (2008) fazem parte de iniciativas coletivas pela democratização do ensino no país. Neste sentido, os PUP têm o caráter de movimento social e não se limitam à preparação às provas que dão acesso às universidades públicas. Vão além, e afirmados nos princípios da Educação Popular. A Educação Popular, porém, é um termo amplo e sua conceituação se faz necessária. Neste trabalho partiremos das definições propostas por Carlos Brandão (1984), e de forma complementar, Moacir Gadotti (2012), ambos orientados pelas obras de Paulo Freire.

Brandão divide a Educação Popular em pelo menos três conceitos aplicáveis ao contexto dos PUPs: como acesso à educação do Ensino Público, como a educação das classes populares e como a educação da sociedade igualitária. Assim, o presente trabalho investigou como se articula a relação entre educadoras(es), PUPs e a Educação Popular. Que experiências chegam e saem deste contexto, e, considerando esses espaços como lugares para formação docente inspirados na Educação Popular, como a relação entre teoria e prática se estabelece? Essa pesquisa se ocupou de investigar tais questões.

1.1 Metodologia

Definidos os PUPs como objeto de estudo, o universo de pesquisa delimitado são os cursinhos de Porto Alegre. Foi feita uma revisão bibliográfica para contextualizar a origem, histórico e objetivos dos cursinhos populares, no Brasil e em Porto Alegre. Os cursinhos definidos para a investigação foram o Coletivo Pela Educação Popular (COLEP), projeto em que o autor atua desde 2017; e a Organização Não-Governamental Pela Educação Popular (ONGEP), um dos mais antigos e bem estabelecidos na cidade.

A narrativa partiu das vivências e experiências das(os) docentes, no intuito de dar voz e destaque para estas(es) educadoras(es), e para tal, foram procedidas entrevistas. A coleta e produção dos resultados ocorreu em duas etapas:

A) Entrevistas: foram selecionados para entrevista pelos menos quatro educadoras(es) (no mínimo metade para cada cursinho delimitado) das disciplinas de. A entrevista seguiu um roteiro semiestruturado e seu áudio será gravado. A fim de zelar pelo anonimato e garantir a autorização da utilização dos dados no presente estudo, as(os) entrevistadas(os) deverão assinar um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

B) Análise: as entrevistas foram transcritas e analisadas de forma qualitativa, comparativamente ao conhecimento já bem estabelecido pela bibliografia. Os trechos mais relevantes foram destacados e discutidos conforme o referencial teórico.

Os trabalho se estrutura conforme a seguinte lógica: começando pelo capítulo “A EDUCAÇÃO POPULAR”, que abordará os conceitos que foram referência ao longo das interpretações do autor; seguido pelo capítulo “CONTEXTUALIZANDO OS PUPS NO BRASIL E EM PORTO ALEGRE: HISTÓRICO, OBJETIVOS E ORIGEM”, que narrará a construção do movimento social dos cursinhos populares; o quarto capítulo, “ANÁLISE DAS ENTREVISTAS: DIFERENTES NARRATIVAS SEGUNDO AS EXPERIÊNCIAS DOCENTES NOS PUPS”, apresentará e discutirá os resultados das entrevistas coletadas; por último, o capítulo

“CONSIDERAÇÕES FINAIS” será dedicado a comentários e perspectivas futuras do autor quanto ao tema de pesquisa.

2 A EDUCAÇÃO POPULAR

Como ponto inicial deste trabalho, pretendo neste primeiro capítulo estabelecer as bases e fundamentação teóricas acerca da temática definida: a Educação Popular e sua relação com os cursinhos Pré-Universitários Populares. Apresentarei aqui os conceitos utilizados como referência necessária para o exercício das discussões e reflexões, as quais esse trabalho se propõe.

A educação, quando evocamos esta palavra assumimos sempre que estamos falando da mesma coisa, com pouca preocupação de a definir previamente e “Não dá para falar de uma educação em geral, separando-a de seu contexto histórico. É preciso qualificar de que educação estamos falando, a partir de que ponto de vista” (GADOTTI, 2012). Logo, é pertinente e necessário que, a partir daqui o texto se pretenda a conceituá-lo, e para isso partiremos de um sentido mais global e amplo de educação até atingirmos um modelo bastante específico: a Educação Popular.

É imprescindível falar do que motiva a existência de tal modelo de educação, e assim, nos remetemos aos primórdios da educação em si e as transformações por ela sofridas ao longo do tempo histórico. Carlos Brandão (1984), em seu texto *O que é Educação Popular*, que nos lembra que a educação mora na cultura, sendo esta “o lugar social das ideias, códigos e práticas de produção e reinvenção dos vários nomes, níveis e faces que o saber possui” e, portanto, tem íntima relação com o saber simbólico – criação e criador da humanidade. Daí estão as bases da educação, em um primeiro momento como um “processo geral de reprodução do saber necessária anterior à divisão social do saber, como educação da vida em comunidade” (BRANDÃO, 1984) pois inerentemente, as trocas e aprendizagens acompanham esse saber simbólico. Para Brandão, esse seria também um primeiro momento em que se pode falar em Educação Popular, uma educação do indivíduo para a vida coletiva, em que essas trocas de aprendizagens e saberes circulam de forma intencional gerando um saber de todos.

Esse saber de todos era compartilhado nas práticas sociais das primeiras sociedades humanas, como na caça e coleta, atividades manuais de artesanato e ritos espirituais, a comunidade compartilhava os saberes e todos ensinavam e aprendiam entre si. Apenas muito mais tarde na história é que surgiriam especialistas em ensinar em locais especializados para o ensino, um conhecimento especializado e deslocado da prática diária e da vivência coletiva. É o que Brandão caracteriza como “divisão social do saber”, pois o acesso ao conhecimento que outrora era compartilhado agora apresenta-se restrito a setores restritos da sociedade.

Esse fenômeno ocorreu após o advento da agricultura, que teve como consequência uma reorganização da vida em comunidade nas primeiras aldeias, que viriam a se tornar cidades, e é nelas em que o ensino se transforma em Educação (BRANDÃO, 1984). Primeiramente, como um lugar para educar as elites – aqueles relacionados às novas estruturas de poder, que detinham a terra e a produção de alimentos – e depois, pouco a pouco, tornou-se um lugar separado para exercício do saber, emergindo como uma nova prática social. Nela, aqueles conhecimentos transmitidos entre as pessoas como um “saber popular”, em seu trabalho diário para a vida comunitária, é fracionado e elevado aos status de “erudito”, um saber secreto e confinado àqueles que mandam. Dado isso, esses novos especialistas do saber “existem no interior de mundos sociais regidos agora pela desigualdade, e que dedicam uma boa parte do saber que produzem à consagração de sua própria desigualdade” (BRANDÃO, 1984), contribuindo para a expropriação dos conhecimentos populares que agora são reproduzidos como eruditos. Esse saber erudito tomou forma própria, legitimado pelos próprios setores detentores do poder, e encontrou na escola o seu lugar de existir, aquilo que hoje conhecemos como os “espaços formais de educação”. Ao saber popular restou a marginalização e a invalidação, as trocas de saberes para a vida em comunidade restaram difusas, fazendo com que hoje haja a necessidade de se falar em uma Educação Popular, que resgate esses saberes e os devolvam ao centro da sociedade.

Diferente é a condição de sociedades regidas pela desigualdade, mundo que obriga a pensar, na educação, a necessidade de uma estranha educação popular. Existimos dentro de um mundo social onde senhores do poder, através do Estado, decidem e definem para os “outros” (para nós) o que querem que seja a relação entre eles e os “outros” (nós). Vivemos em uma sociedade onde um Estado de democracia restrita não é o lugar coletivo do poder consensual de criar direitos, de criar por consenso as normas da vida coletiva, mas apenas é o lugar de obedecê-las. A divisão social do trabalho faz, de quase todos os mundos sociais da América Latina, lugares onde o saber e a palavra que o conduz não estão igualmente distribuídos de modos diferentes, mas são desigualmente repartidos de modo hierárquico. (BRANDÃO, 1984)

Mas também não podemos falar em uma Educação Popular geral, pois além dessa primeira, que trata de um primeiro saber compartilhado na vida em comunidade, Brandão (1984) também a apresenta como: a *educação do ensino público*; como a *educação das classes populares*; como a *educação* da sociedade igualitária. Cada uma dessas concepções de educação implica lutas, valores, projetos de sociedade e práticas distintas, ainda que sob um mesmo nome. Passaremos brevemente pela primeira, adentrando as duas últimas de forma mais aprofundada.

2.1 Educação Popular como acesso à educação do Ensino Público

Sucintamente, essa conceituação diz respeito à luta dos setores populares pelo acesso à educação pública, gratuita e de qualidade. Essa luta nos remete ao início do século XX, em que o Estado instituiu oficialmente a escola pública – tendo em vista a democratização do acesso à educação formal, na busca de um avanço cultural e econômico – e se deu não só pelo esforço do trabalho político, mas por pressão das camadas urbanas marginalizadas e privadas do acesso à educação escolar. Além disso, outro fator importante foi o interesse do empresariado, percebendo neste movimento a oportunidade da qualificação para o trabalho dessas mesmas classes.

Entretanto, apesar da reivindicação dos setores populares ao direito de frequentar o ensino formal escolar, a participação dos mesmos na construção dos sistemas de ensino no Brasil sempre foi limitada por interesses políticos e econômicos, que não atendem às demandas mais urgentes dessa população. Sob influência de uma lógica de sociedade desigual, não era de se surpreender que a própria escola fosse criada como um espaço para reprodução e manutenção dessas desigualdades. Brandão aponta que, “a educação para todos não é para todos da mesma forma” e não o é justamente pelos apontamentos anteriores, ela tem de ser assim para manter certo *status quo*. Por isso a escola pública não dá conta de atender plenamente os interesses dos “de baixo” (os setores populares), nem formar sujeitos para o exercício total de seus direitos e cidadania, ela contribui para a marginalização desses setores e, sob o pretexto do fracasso escolar, os culpabiliza por sua própria condição marginalizada.

Como o autor aponta “O ‘fracasso’ é o instrumento da recriação da desigualdade”. Isso pode ser percebido em que, mesmo quando há a oferta do ensino escolar, as desigualdades socioeconômicas impedem que os de baixo frequentem o ensino formal, resultando em altas taxas de evasão. Segundo divulgação do Inep¹, o Censo Escolar aponta uma evasão de 12,9% e 12,7% dos alunos matriculados na 1ª e 2ª série do Ensino Médio, entre os anos de 2014 e 2015. O 9º ano do ensino fundamental tem a terceira maior taxa de evasão, 7,7%, seguido pela 3ª série do ensino médio, com 6,8%. Considerando todas as séries do ensino médio, a evasão chega a 11,2% do total de alunos nessa etapa de ensino.

¹ Informações retiradas em notícia no Portal do Inep, que divulga os indicadores mais recentes sobre o fluxo escolar e as taxas de evasão na educação básica pública. Fonte: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-divulga-dados-ineditos-sobre-fluxo-escolar-na-educacao-basica/21206 (13/06/2019, 21:07)

Reconhecendo essas condições, há um esforço por parte de educadoras(es) e da comunidade escolar num geral, de que a escola pública seja pensada e sirva ao interesse dos setores populares. Aí podemos pensar em uma Educação Popular que perpassa a educação pública, e decorrente disso emergem lutas pelas demandas mais urgentes da população marginalizada, como o combate ao analfabetismo. Destaco essa causa pois ela tem implicações históricas diretas na origem das outras duas perspectivas de Educação Popular a serem abordadas logo mais.

2.2 Educação Popular como a educação das classes populares

A luta contra o analfabetismo foi o lugar em que Paulo Freire pensou novas perspectivas para um projeto de educação e de sociedade, através de uma pedagogia que não omite seus objetivos e “têm todo interesse em declarar seus princípios e valores, não escondendo a politicidade da educação” (GADOTTI, 2012), pois, segundo ele, não existe “neutralidade”. Paulo Freire, em sua obra, aponta uma visão emancipadora e libertadora de educação; uma educação para um sujeito crítico e ciente de sua realidade partindo dela mesma; uma educação que o instrumentalize para agir politicamente e modificar essa realidade segundo seus interesses.

A partir dessa luta emerge um novo conceito de Educação Popular, um que está intimamente relacionado à Educação de Adultos, que por sua vez era esse projeto de educação que almejava integrar os sujeitos marginalizados e pedagogicamente defasados – pois a escola, como vimos anteriormente, não contempla a todos de forma plena – através da alfabetização. E como cita Brandão (1984):

Mas o que dizer de inúmeras expressões que se desdobram a partir de meados dos anos 40: alfabetização de adultos, alfabetização funcional, educação de adultos, educação fundamental, educação comunitária, educação permanente, educação não-formal, educação de base, educação popular?

É nesse momento que a Educação Popular se configura não só como uma pedagogia nova, mas como um movimento político-social que tem como horizonte a libertação dos sujeitos oprimidos (os setores populares, marginalizados, os “de baixo”) das estruturas sociais de poder que os mantém nessa condição, libertação essa que terá como arma a educação.

Esse movimento resultou em projetos de alfabetização por todo o país tais como a “Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo”; a “Cruzada Nacional de Educação”; a “Bandeira Paulista de Alfabetização”; a “Campanha Nacional de Educação de Adultos”; a

“Cruzada ABC”; o “Movimento de Educação de Base”; “Movimento Brasileiro de Alfabetização”, muitos deles como políticas institucionais advindas do Estado. A alfabetização, bem como a problematização das suas causas seria o mote de um processo de “desmarginalização”.

Na prática, a Educação Popular como Educação de adultos “teve sempre um limite: o de ser uma expressão apenas compensatória da extensão do saber escolar a populações carentes” (BRANDÃO, 1984), e como o mesmo autor apresenta:

Se, de um lado, a educação de adultos e o desenvolvimento de comunidades marginalizadas eram um direito e um benefício social, de outro lado eram também um investimento, porquanto pretendiam ser processos sistemáticos e meios participativos de integração de contingentes de pessoas e grupos postos “à margem”, no interior do mercado de trabalho, no pleno exercício da cidadania e no desenvolvimento da sociedade. (BRANDÃO, 1984, p. 35)

O desenvolvimento da comunidade viria através do desenvolvimento dos indivíduos, reintegrados na sociedade, na perspectiva de “resgatarm” sua educação formal. Porém, essas iniciativas e projetos de desenvolvimento acabaram restringindo a autonomia dessas comunidades afetadas na medida que pretendiam organizá-las num movimento de fora para dentro.

E o que significa exatamente “organizar”? Significa sobrepor, através do poder institucional de uma agência de mediação, a domínios tradicionais da vida social popular (a família, a parentela, a vizinhança, as equipes de trabalho produtivo ou ritual), formas externas, “modernizadoras” das articulações que regem, justamente, a teia das incontáveis formas de relações entre pessoas, grupos e símbolos da vida social. O programa de desenvolvimento introduz extensões de si mesmo, de sua própria racionalidade e cria: a “comissão de moradores”, o “clube de jovens” — ou o “4S” dos projetos de extensão agrícola — o “grupo de mães”. Quando realizado em ampla escala um programa de educação e desenvolvimento não esconde a ambição de reordenar todos os domínios da comunidade”. (BRANDÃO, 1984, p. 37)

Numa perspectiva de libertação das opressões, as comunidades não devem ser “tuteladas” e sim incentivadas a se auto organizarem conforme suas próprias necessidades, num movimento de lógica oposta, de dentro para fora, caso contrário, conforme o autor, algumas expressões populares das comunidades seriam relegadas à marginalidade como: os atores e produtores de serviços tradicionais de religião, cura ou arte, os espaços emergentes de trabalho social e político, as comissões autônomas de representação e os movimentos populares. Esses projetos da Educação de Adultos realizaram-se, em muitos momentos como “um meio de controle da possibilidade de uma educação adulta, isto é: autônoma, crítica e criativa” (BRANDÃO, 1984) indo radicalmente ao lado oposto do que se pretendia teoricamente.

2.3 Educação Popular como a educação da sociedade igualitária

Por último, pensemos a utopia: uma Educação Popular que pretende superar a sociedade desigual. Ela surge no início da década de 60, num movimento dissidente da Educação de Adultos (como o MEB, anteriormente citado), que propõe uma *educação libertadora* como “*um movimento de trabalho político com as classes populares através da educação*” (BRANDÃO 1984, p. 42). Os educadores militantes da época buscaram conciliar aspectos teóricos e práticas libertadoras, na mobilização de uma cultura política popular, e segundo Brandão (1984), nas bases necessárias para o surgimento desta nova concepção da Educação estão os períodos de governos populistas, a produção acelerada de uma intelectualidade estudantil, universitária, religiosa e partidariamente militante, e a conquista de espaços de novas formas de organização das classes populares.

Diferentemente da Educação de Adultos, que tem caráter mitigatório das desigualdades, essa Educação Popular Libertadora pretende construir um projeto político-educativo – lembrando que, segundo Paulo Freire, toda educação é política – que parte do empoderamento e emancipação do povo, para que este construa uma nova sociedade que supere as desigualdades às quais está submetido, e, portanto, não é auxiliar à educação escolar formal. Este movimento entende as classes populares como atores centrais da transformação da sociedade, sem a necessidade de mediadores, o povo a partir de si próprio constrói o Poder Popular. É um projeto educativo que extrapola a escola ou a educação formal, é a própria cultura de uma nova sociedade, e que propõe novas relações sociais, econômicas e políticas a partir dos interesses dos de baixo.

Nesse paradigma, o papel a ser desempenhado pelo educador popular é participar com e auxiliar o povo na produção do saber popular, num movimento de acrescentar seu aporte saberes acadêmicos e eruditos com os conhecimentos populares, em um trabalho político de acordo com as demandas dos de baixo. A Educação Popular Libertadora se opõe à educação como um instrumento de produção e reprodução das desigualdades e injustiças, se coloca como um instrumento de empoderamento do povo através de um processo coletivo, e através da qual ele não se veja apenas como um anônimo sujeito da cultura brasileira, mas como um ator na transformação da história e da cultura do país (BRANDÃO, 1984). A Educação Popular tem em seu horizonte a autonomia do povo e nega a incorporação dos sujeitos à sociedade capitalista, mas busca dar as condições para que este sujeito, coletivamente, construa uma nova sociedade que tem como princípios a solidariedade, a justiça e a emancipação.

A *educação popular* é mais um modo de presença assessora e participante do educador comprometido, do que um projeto próprio de educadores a ser realizado sobre pessoas e comunidades populares. Ela se realiza em todas as situações onde, a partir da reflexão sobre a prática de movimentos sociais e movimentos populares (as “escolas” onde tem sentido uma educação popular “ensinar”), as pessoas trocam experiências, recebem informações, criticam ações e situações, aprendem e se instrumentalizam. A educação popular não é uma atividade pedagógica para, mas um trabalho coletivo em si mesmo, ou seja, é o momento em que a vivência do *saber compartilhado* cria a experiência do *poder compartilhado*.

Assim sendo, ela é uma prática de se pensar a prática, e em que a valorização das vivências e experiências através desses princípios é mais importante do que um conjunto de etapas ou procedimentos a serem aplicados pelo(a) educador(a).

Brandão (1984) e Gadotti (2012), baseando-se nas contribuições de Paulo Freire, condensam diversos pontos importantes² para entendermos o movimento de Educação Popular Libertadora, sendo eles:

1) É uma nova teoria, que não se limita à educação, mas pensa as relações sociais e econômicas que, a partir da cultura, podem estabelecer novas articulações da prática educativa como um trabalho político-pedagógico das classes populares, de transformação não apenas de todo o “sistema de educação”, mas também das estruturas opressoras da sociedade pelo seu trabalho libertador. Trabalho este que se dá entre educadores e os movimentos sociais das classes populares, detendo estes últimos a razão da prática e, os primeiros, uma prática de serviço, sem sentido em si mesma;

2) Define a educação como instrumento político de conscientização e politização, através da construção de um novo saber, ao invés de ser apenas um meio de transferência seletiva e organizada de um saber que atende aos interesses hegemônicos, que normatiza à ordem vigente. Assim, ela se propõe como uma ampla ação cultural para a liberdade a partir da prática pedagógica;

3) Teoriza a prática para transformá-la, a partir da leitura da realidade como a base para gerar pensamento. Parte do concreto, o mundo vivido no cotidiano dos de baixo. Nisto, os sujeitos populares são protagonistas do seu próprio aprendizado e atores de sua emancipação, pois a Educação Popular reconhece a legitimidade do saber popular, da cultura do povo e das suas

² Esses itens enumerados são uma síntese da ideia de ambos os autores, que em seus textos destacam uma série de aspectos e princípios estabelecidos na Educação Popular.

crenças. E, numa época de extremo academicismo (a ciência deslocada da prática social), vê-se a necessidade de uma ciência à serviço das demandas populares: a relevância social é critério importante na mesma. Entendendo que ensino-aprendizagem são um processo inseparável da pesquisa, da cultura popular e da participação coletiva;

4) Propõe que, a Educação Popular é aquela que o próprio povo constrói, quando pensa o seu trabalho político e constrói os seus próprios saberes. Ela pode ocorrer independentemente da presença do(a) educador(a) erudito(a) (aquele que tem formação acadêmica para a prática pedagógica), ele(a) pode participar aportando, com o seu conhecimento, informações e interpretações podem contribuir no fortalecimento do saber popular, com ênfase nos processos e não nos resultados. Logo, ela procura se afastar aos poucos de ser um movimento de educadores e militantes eruditos destinado a “trabalhar com o povo”, para ser um trabalho político sem projeto próprio, mas a serviço das classes populares e seus projetos;

5) Com isso, não se restringe a uma atividade “de sala de aula”, de “escolarização popular”, e busca alternativas de realizar-se em todas as situações de práticas críticas e criativas, seja em espaços formais ou não-formais, entre agentes educadores e sujeitos populares organizados, ou em processo de organização de classe. A harmonização entre o formal e não-formal é fundamental, entendendo o direito à educação não como apenas um direito à escola, mas como o direito de aprender nela e ter acesso a oportunidades de educação em outros espaços da vida em sociedade (cinema, teatro, esporte, cultura, lazer).

6) E, finalizando, tem a utopia como verdadeiro horizonte de todos os atores envolvidos neste movimento, que se opõe ao fatalismo neoliberal que nega o sonho de outro mundo possível.

3 CONTEXTUALIZANDO OS PUPS NO BRASIL E EM PORTO ALEGRE: HISTÓRICO, OBJETIVOS E ORIGEM

O propósito deste capítulo é apresentar ao leitor o que são e como surgiram os cursinhos Pré-Universitários Populares (PUPs), também conhecidos como “Cursinhos Alternativos”, “Cursinhos Comunitários”, “Pré-Vestibulares Populares” ou simplesmente “Cursinhos Populares”, aqui tratados nesta alcinha devido às novas formas de ingresso em Instituições de Ensino Superior públicas (IES), que não necessariamente passam pelo julgo de uma prova de vestibular. Com diversos momentos decisivos ao longo das últimas décadas, cabe aqui expô-los para melhor entendermos “como” e “para quê” nascem esses cursos no Brasil e em Porto Alegre.

Os PUPs surgem de forma autônoma como a expressão de insatisfação à desigualdade nas oportunidades de acesso ao Ensino Superior Público, e, segundo Nadir Zago (2008), fazem parte de iniciativas coletivas pela democratização do ensino no país que reivindicam a presença de setores populares historicamente marginalizados (negros, pobres, indígenas, moradores de bairros periféricos e egressos de escolas públicas). Nas últimas décadas o acesso à educação básica foi ampliado e teve como reflexo uma maior cobiça pelo Ensino Superior de forma ampla pela população, acirrando a concorrência e escrachando a injustiça dos vestibulares como mecanismo de acesso às IES públicas. Ainda que tenham sido criadas políticas públicas de acesso como a Ação Afirmativa (Lei 12.711/2012), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96) e o acesso via Sistema de Seleção Unificada (SiSu); e a implementação de políticas de permanência (como assistência estudantil e cursos noturnos) para amenizar e tentar equilibrar a balança, fazendo dos bancos universitários uma expressão da população, o ensino superior público brasileiro é ainda muito elitista e extremamente excludente (PEREIRA *et al.*, 2010) composto por apenas 36,65% de pessoas advindas das classes populares (FONAPRACE; ANDIFES, 2016). Há de se lembrar que, segundo Victória Junior (2012, p. 42 *apud* EVERS, 2018, p. 26), as vagas no ensino superior público correspondem a apenas 10% das ofertadas, restando os outros 90% às Instituições de Ensino Superior privadas (*apud* EVERS, 2018, p. 26), ou seja, a parcela absoluta dos setores historicamente marginalizados que usufrui das IES públicas é ínfima.

Sintetizando Castro (2005, p.17-18), ao se popularizar o ensino primário e expandir-se o secundário, mesmo que de forma fragmentada, atendiam-se expectativas do setor privado, que, naquele momento (décadas de 1940 e 1950), atuava no que chamamos hoje de ensino médio. A

expansão de vagas nas instituições públicas de ensino fez com que a iniciativa privada alçasse voos mais altos e seguros no setor dos serviços em educação, pois, a partir daquele momento, a pressão por mais vagas nas instituições de ensino superior cresceria de forma avassaladora.

Em Porto Alegre, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul reserva 50% das suas vagas para estudantes que cursaram o ensino médio integralmente na rede pública, seguindo a Lei de Cotas (Lei Federal 12.711/2012), e conforme Aline Evers (2018, p. 43), através da Decisão nº518/2013 do CONSUN, destina 30% de suas vagas (excetuando-se os cursos que exigem provas de Habilitação Específica, como Artes Visuais, Música e Teatro) para preenchimento através do SiSu, sendo as demais vagas para preenchimento por meio do Concurso Vestibular. A competição imposta pelo vestibular, e mais recentemente pelo ENEM através do SiSu, no ingresso é injusta, aqueles que têm as condições financeiras de frequentar um cursinho pré-universitário privado e egressos da educação básica privada, estão em visível vantagem àqueles que não tiveram essas mesmas oportunidades. Isso somado ao crescente sucateamento e cortes orçamentários nas instituições públicas de ensino básico, que apenas aumentam a defasagem na educação das classes populares e, conseqüentemente, distanciam às classes populares de um futuro a ser seguido na universidade pública.

Ao encontro disso, os PUPs têm o caráter de movimento social que reivindica em interesse das classes populares a oportunidade de seguirem sua educação com qualidade. No entanto, muitos dos cursinhos não se limitam à preparação para o vestibular no senso estrito, mas também trazem para o centro das aulas os saberes populares e a discussão crítica da realidade social como um todo, assim como uma crítica ao próprio processo seletivo. Essa crítica se manifesta também em defesa das IES públicas, lutando não só para que as classes populares as acessem, mas também por sua manutenção e fortalecimento, batendo de encontro com políticas que visam o incentivo ao acesso às IES privadas que de forma geral estão atreladas à uma lógica neoliberal de educação. Ao passo que criticam, também se resignam à realidade das provas existindo em constante ambigüidade. Apresentam uma alternativa de educação, mas não podem se abster de estratégias que visam unicamente a preparação para o CV e ENEM ou então falhariam em suprir a defasagem carregada por seus alunos desde a educação básica.

Por isso os cursinhos populares têm intencionalidade, seja ela explícita ou não, expressa através de um estatuto ou uma carta de princípios, que definem seus objetivos e seus meios para atingi-los. Apesar disso são constituídos por sujeitos muito diferentes entre si e que nem sempre

estão alinhados ideologicamente, inclusive muitos estudantes começam a dar aulas nos cursinhos com objetivos que fogem da democratização do acesso ao ensino superior ou da militância por um mundo menos desigual e injusto (PEREIRA *et al.* 2010). Esses cursinhos que tem como inspiração uma Educação Popular freiriana, e buscam superar as relações capitalistas, também se tornam espaços de acolhimento por almejam a horizontalidade, estabelecendo uma relação professor-aluno diferenciada e que coloca estes sujeitos em posição de igual importância. De forma geral, transformar as perspectivas de futuro frente à desigualdade histórica e empoderar seus discentes é uma tarefa constante dos PUPs.

3.1 Origem e Histórico

Mas “como” e “quando” surgiram essas iniciativas?³ De forma consensual na literatura, entre as décadas de 1980 e 1990 surgiram as primeiras iniciativas mais próximas aos PUPs como os conhecemos hoje (CASTRO, 2005; LOUREIRO, 2019; PEREIRA *et al.*, 2010). Loureiro (2019, p. 8) destaca dois momentos principais: em um primeiro, durante as emergências dos anos 1990 e ano 2000 e, em um segundo momento, durante os anos 2006 e 2015. Castro (2005, p.18) vai mais longe, segundo ele os Cursinhos Populares têm sua gênese em pelo menos quatro momentos diferentes da história do Brasil. Dentre estes momentos cita o período da década de 1950, com os Cursinhos do Grêmio da Faculdade Politécnica da USP e do Centro Acadêmico Armando Sales de Oliveira, o CAASO, na USP de São Carlos, precursores dos cursinhos privados; o período da ditadura civil-militar como de importante organização política e surgimento de atores sociais dentro da esquerda, como as Comunidades Eclesiais de Bases; a década de 1980 com o surgimento de Cursinhos Pré-Vestibulares vinculados a universidades públicas; por último o atual momento, em que surgem novos cursinhos sem vínculos com instituições governamentais de caráter progressista (CASTRO, 2005). Este último momento, segundo o autor, diretamente vinculado a iniciativas de um longo processo de lutas travadas durante o século XX, as quais tiveram como tema central a questão da educação e os meios para democratizar o acesso à formação nas instituições de ensino público superior, também às relações de trabalho e étnico-

³ Tratando aqui apenas dos cursinhos populares, já que os cursinhos pré-universitários criados por iniciativa do movimento estudantil na década de 1950 (como o Poli de São Paulo) também deram origem aos cursinhos privados. (CASTRO, 2005)

raciais; culminando na iniciativa de integrantes do movimento negro que deram vida ao projeto “Educação Para Negros e Carentes” (EDUCAFRO) em meados dos anos de 1980, na Baixada Fluminense, Rio de Janeiro.

Em Porto Alegre, os PUPs surgem na década de 90 com o Pré-Vestibular Popular Zumbi dos Palmares (PVZP), inspirado no EDUCAFRO, abrindo caminho para os demais que se seguiram (PEREIRA *et al.* 2010). Há uma controvérsia em que o cursinho do Centro dos Estudantes Universitários de Engenharia (CEUE) da UFRGS teria sido o pioneiro, surgindo entre as décadas de 1950 e 1960, porém isso é questionável, visto que, ao menos naquela época, funcionava de forma similar aos cursinhos privados, colocando em dúvida seu caráter popular. No início dos anos 2000 são criados o Projeto Educacional Alternativa Cidadã (PEAC) e o Resgate Pré-Vestibular Popular, ambos vinculados até hoje como projetos de extensão da UFRGS; e também a Organização Não-Governamental para a Educação Popular (ONGEP), que em um primeiro momento tem como casa a Escola Estadual Professora Gema Belia (Gema). Vemos que essas primeiras experiências nascem em comunhão com instituições do Estado, ocupando os espaços da universidade e das escolas, enquanto outras experiências mais tardias nascem em meio a organizações autônomas, como associações de moradores.

Atualmente, temos em Porto Alegre quinze PUPs organizados e atuantes (Figura 1), a maioria deles criados durante este século. Ainda que todos tenham como objetivo comum o acesso das classes populares aos bancos das universidades públicas, seus princípios e práticas, de atuação e organização, são heterogêneos – inclusive esta é uma problemática recorrente nos encontros entres cursinhos, na perspectiva de que juntos possam debater e propor avanços no campo da Educação Popular.

	Ano de início	Curso	Site	Endereço e Contato
1	1955	CEUE Centro dos Estudantes Universitários de Engenharia Pré-Vestibular	https://ceuepv.wixsite.com/ceuepv	UFRGS, Praça Argentina, Catacumbas.
2	1995	Pré-Vestibular Popular Zumbi dos Palmares	http://zumbidospalmares-cp.blogspot.com.br/	E-mail: zppv_coordenação@yahoo.com.br zppvvp.alvorada@gmail.com
3	2000	PEAC – Projeto Educacional Alternativa Cidadã	http://alternativacidada.blogspot.com.br/p/quem-somos.html	E-mail: peac@ufrgs.br Telefone: (51) 8199-4590 Localização: Campus do Vale UFRGS, Avenida Bento Gonçalves, 9500, Porto Alegre.
4	2002	ONGEP – Organização Não Governamental para Educação Popular	http://www.ongep.com/	E-mail: secretaria.ongep@gmail.com Telefone: (51) 3060-6447 Localização: Rua dos Andradas, 691/11, Centro Histórico, Porto Alegre.
5	2002	Resgate Pré-Vestibular Popular	http://resgatepopular.blogspot.com.br/	E-mail: resgatepopular@gmail.com Telefone: (51) 8110-9483 Localização: Fabico UFRGS, Rua Ramiro Barcelos, 2705, Porto Alegre.
6	2006	Pré-vestibular Esperança Popular Restinga	http://pvprestinga.blogspot.com.br/	E-mail: cursinhorestinga@gmail.com Localização: Restinga, Av. Econ. Nilo Wulff, 5000.
7	2011	EMANCIPA – Cursinho Popular Pré-Universitário (INDEFINIDO)	http://emancipa-rs.com.br/	E-mail: cursinhopopularemancipa@gmail.com; secretaria@emancipa-rs.com.br Telefone: (51) 3224-0199 Localização: Praça Otávio Rocha, 93/sala 21, no Centro de Porto Alegre.
8	2015	Coletivo de Educação Território Popular	https://www.territoriopopular.com/	IFRS, Porto Alegre (Coronel Vicente).
9	2016	TRANSEMEM	https://www.facebook.com/transenem_poa	E-mail: transenem_poa@gmail.com Localização: IFRS, Porto Alegre (Coronel Vicente).
10	2016	COLEP - Coletivo pela Educação Popular	https://www.facebook.com/coletivoelaeducacaopopular/	E-mail: colep_poa@gmail.com Localização: Azenha, Morro Santana.
11	2016	Pré-Vestibular Popular Dandara dos Palmares	http://dandaradospalmares.com.br/	E-mail: dandara@dandaradospalmares.com.br Telefone: (51) 8507-6647 Localização: Instituto Federal- Campus Centro, Porto Alegre. Rua Coronel Vicente, 281 – Centro, Porto Alegre – RS, 90030-040. Sala 212.
12	2017	Cursinho Popular Carolina Maria de Jesus	https://www.facebook.com/cursopopularcarolinadejesus/	INDEFINIDO
13	2017	Curso Pré-Vestibular Popular Liberato Salzano	http://www.ufrgs.br/deds/noticias/curso-pre-vestibular-popular-liberato-salzano	E-mail: pordentroaufrgs@ufrgs.br
14	2017	Educamed	https://www.facebook.com/cursinhoEducamed/	E-mail: cursinhoeducamed@gmail.com
15	2017	Cursinho Pré-Vestibular do PT	INDEFINIDO	E-mail: cursinhodopt@gmail.com

Figura 1: Cursinhos Pré-Universitários Populares em Porto Alegre (EVERS, 2018, p. 38)

3.2 Os Cursinhos: COLEP e ONGEP

Os PUPs aqui abordados como objeto de pesquisa, de forma mais específica, serão o Coletivo pela Educação Popular (COLEP) e a Organização Não-Governamental para a Educação Popular (ONGEP), ambos de Porto Alegre. Este capítulo se dedicará a apresentá-los e caracterizá-los, a fim de dar contexto às falas das entrevistas, bem como embasar as discussões que se seguirão mais adiante neste trabalho. A sua origem e histórico, bem como seu funcionamento, seus princípios e suas práticas serão detalhados a seguir.

3.2.1 COLEP

O Coletivo pela Educação Popular emerge em 2015, da iniciativa de uma série de debates propostos pelo coletivo de tendência estudantil Resistência Popular, que tiveram início no questionamento "Para que(m) serve teu conhecimento?". Após essas reuniões, com presença de cerca trinta voluntários dispostos a formar o coletivo, se constituíram dois núcleos: um no Condomínio Princesa Isabel, nomeado Dandara; e outro núcleo na Escola Estadual de Ensino Médio Alcides Cunha, no bairro Morro Santana.

A escolha pelo Condomínio Princesa Isabel surgiu a partir da demanda de moradores, e o núcleo, em princípio, contemplaria moradores do condomínio e do entorno. Devido a conflitos gerados pela presença do coletivo em um território dominado pelo tráfico, bem como a constatação de que haveria demandas mais urgentes (como alfabetização e conclusão do Ensino Básico), o Núcleo Dandara foi relocado para o Colégio Estadual Coronel Afonso Emílio Massot, ainda em 2015, e lá permaneceu até 2016. Em 2017, o COLEP firmou parceria com o Coletivo Pandorga, deixando o Emílio Massot, para onde retornaria no final do mesmo ano.

O Núcleo Morro Santana é um legado histórico, pois em 2006 a Resistência Popular já havia organizado um cursinho no bairro (PERREIRA *et al.*, 2010). Com a proximidade de moradores, integrantes da Associação de Moradores da Vila Tijuca e boa relação com a E.E.E.M Alcides Cunha, o cursinho foi reestabelecido para contemplar alunos da escola e entorno, e demais residentes da Zona Leste da cidade. Inicialmente, as aulas eram oferecidas de segunda à sexta no turno da noite (das 19h às 21h), sediadas em uma sala da escola Alcides Cunha; aos sábados, pela

manhã (das 9h às 12h), ocorriam em uma sala cedida pela Associação de Moradores da Vila Tijuca – onde mais tarde fora organizada uma biblioteca.

Durante idas e vindas, as aulas da semana se alternaram entre a escola e a associação, nos períodos em que a primeira mobilizou greves e conseqüentemente ficou fechada, impossibilitando as atividades. Essa alternância e falta de uma sede fixa para as aulas foi, desde o início do COLEP, um causador de evasão – notou-se sempre que, após as aulas serem transferidas para a associação, o número de alunos frequentando o cursinho diminuía.

Esse problema foi recorrente no Núcleo Morro Santana entre os anos de 2015 a 2017. Para o ano de 2018, o coletivo decidiu em assembleia que esse núcleo não ofereceria mais as aulas durante a semana, mantendo apenas as atividades do sábado na associação. Ainda no final do mesmo ano, houve uma reaproximação com a escola Alcides Cunha na intenção de retomar as aulas durante a semana, para o ano seguinte, e fortalecer o vínculo com a comunidade do entorno – o que se concretizou para 2019.

O COLEP é organizado de forma auto gestonária e tem seus princípios que orientam o seu trabalho, sua organização e sua luta, explícitos em uma carta. Segundo a Carta de Princípios⁴, o COLEP pauta:

1) Uma Educação Libertadora, entendida como ferramenta de produção da vida e que critica a educação que reproduza os valores hegemônicos dos privilegiados, e que serve à opressão e exploração das classes marginalizadas;

2) A Independência de Classe, recusando aliança com instituições e sujeitos atrelados ao aparelho do Estado, por entender que seu trabalho deve ser cumprido na base com aqueles que são sujeitos diretos na educação;

3) A solidariedade, como uma reflexão empática sobre a condição de vida dos oprimidos, um senso de responsabilidade pela vida coletiva e que recusa filantropismos dos privilegiados;

4) A Autogestão e Democracia Direta, rechaçando autoritarismos e hierarquias, por entender que não há espaços para ambos na Educação popular, assim como estimular a participação direta de todas(os) na construção coletiva;

⁴ Essas diretrizes e princípios foram extraídas da Carta de Princípios do COLEP, documento da base de acordo do coletivo, e aqui sintetizadas e expressas conforme as minhas palavras.

5) A luta contra as opressões, de raça, gênero e classe, atentando à complexidade da realidade na qual estamos inseridas(os) sob influência da cultura hegemônica, buscando a superação das relações capitalistas e a produção de novas relações, mais justas e igualitárias;

6) Uma educação pública, gratuita e de qualidade como direito universal, a ser conquistado através de um processo de luta contra as formas injustas de acesso às IES públicas (SiSu e CV) e pela transformação e expansão da educação segundo os interesses das(os) menos privilegiadas(os). Sem esquecer das demandas atuais pelo acesso e permanência dessas classes nos bancos das universidades públicas.

O coletivo é formado majoritariamente por estudantes de graduação e pós-graduação da UFRGS, de diversas áreas do conhecimento. Também conta com a participação de professores da rede pública que acreditam no projeto. Projeto esse, que, embora hoje limite-se aos cursinhos populares oferecidos, tem como horizonte de atuação a Educação Popular de forma ampla, a ser construída lado a lado com as(os) oprimidas(os). Alguns dos objetivos futuros do COLEP são a alfabetização de jovens e adultos, bem como estimulá-los a concluírem o Ensino Fundamental, Ensino Médio; e também levar a Educação Popular para dentro do sistema prisional.

Além das aulas, o coletivo tenta organizar atividades extras como formações, oficinas e revisões para as provas. As assembleias acontecem por núcleo, pelo menos uma vez por mês, aos sábados em uma sala cedida pelo Instituto de Psicologia da UFRGS, e a assembleia geral a cada 2 meses – também no mesmo local.

O cursinho é totalmente gratuito, pois o COLEP entende que a cotização confere caráter de serviço, aproximando-o dos cursinhos privados. Por isso, o coletivo aposta em relações próximas e de parceria com os espaços que ocupa para suas atividades, não tendo despesa alguma com locações e afins. Ainda assim, há uma organização para o autofinanciamento do coletivo através de rifas, camisetas, venda de comidas e bebidas em eventos festivos, entre outros. O dinheiro de caixa é utilizado majoritariamente em gastos como impressões, organização de eventos e auxílio na passagem daquelas(es) estudantes que estiverem com dificuldades no deslocamento para as aulas.

Para a matrícula no cursinho é necessário o preenchimento de uma ficha cadastral e comparecimento em pelo menos um dos dias de inscrição presencial, sem a necessidade de se apresentar documentação específica no ato. Os critérios de seleção foram estabelecidos

coletivamente após discussão em assembleia, compreendendo as especificidades e autonomia de cada núcleo, mas de forma a manter coerência entre ambos. Para o Núcleo Dandara a distribuição de vagas⁵ se deu da seguinte forma:

▪ Excluídos candidatos de renda familiar igual ou superior a 3 salários mínimos per capita e que realizaram Ensino Médio em escola particular sem bolsa:

a. x vagas para ex-alunas/os (x= quantas matrículas de ex-alunas/os houverem);

b. 65 - x vagas para estudantes autodeclarados pretos pardos e indígenas, com ordem de chamamento definida por critério socioeconômico; na ausência destes, estudantes brancos, com ordem de chamamento definida por critério socioeconômico;

c. 5 vagas para estudantes de comunidades próximas, que não ingressaram pelos critérios a e b, ordenados segundo critérios de autodeclaração étnico-racial e socioeconômica, respectivamente;

d. 5 vagas para estudantes do colégio Emílio Massot, que não ingressaram pelos critérios a, b e c, ordenados segundo critérios de autodeclaração étnico-racial e socioeconômica, respectivamente;

e. 5 vagas para estudantes de escolas próximas, que não ingressaram pelos critérios a, b, c e d, ordenados segundo critérios de autodeclaração étnico-racial e socioeconômica, respectivamente;

Para a análise socioeconômica propriamente dita, serão levadas em consideração as informações solicitadas na ficha de inscrição. Estudantes com Ensino Médio completo ou em ano de conclusão terão preferência em relação a estudantes que estejam cursando outros anos. O critério de seleção do Núcleo Morro Santana, foi um pouco mais simples e baseado em atender à comunidade Morro Santana/Alcides Cunha, considerando a autodeclaração e critérios socioeconômicos, pontuados no formulário de inscrição.

⁵ Os itens referentes aos critérios de seleção aqui apresentados foram transcritos de forma literal, conforme decisão que consta nas atas das assembleias de cada núcleo.

3.2.2 ONGEP

Da Faculdade de Educação da UFRGS surge o Pré-Vestibular Popular (PVP), com início em agosto de 2000, sendo criado por meio de uma proposta pensada por estudantes das mais diversas licenciaturas na disciplina Estrutura e Funcionamento da Educação, ministrada pelo professor Carlos Machado. Segundo Pereira *et al.* (2010), o PVP foi embrião do que dois anos depois viria ser a ONGEP, fundada em 2002, um dos pré-universitários populares mais antigos na cidade ainda em atividade.

Ainda se estabelecendo, o PVP mantinha vínculo com a UFRGS e utilizava-se de seu espaço físico para realizar as reuniões mensais, que reunia coordenadores, professores e representantes dos alunos. Além disso, o PVP teve suas primeiras aulas na Escola Estadual Professora Gema Belia (Gema), situada na zona leste de Porto Alegre no turno da noite. É interessante observar que o estabelecimento do PVP contou com uma parceria entre o Movimento Comunitário Jardim Carvalho e o Jornal Espaço Aberto, o que expressa um interesse coletivo na existência do cursinho em uma região caracterizada pela pobreza e exclusão social de grande parte de seus habitantes (PEREIRA *et al.*, 2010).

Em 2002, o cursinho consolidou-se como ONGEP com a sua expansão para a Escola Estadual Florinda Tubino Sampaio, no bairro Petrópolis e a partir desse ano, o PVP passou a ofertar 120 vagas noturnas, 60 por escola, no espaço de duas salas para trinta alunos. Em 2005, diversos entraves de ordem burocrática e de vontade política dificultaram o estabelecimento de um convênio com o Estado, fato que impossibilitou a continuidade do cursinho nas escolas (PEREIRA *et al.*, 2010), mas em 2006 a ONGEP conseguiu capital financeiro suficiente para investir no aluguel do espaço que até hoje é sua sede: na Rua dos Andradas, 691, sala 11, no Centro Histórico de Porto Alegre.

Atualmente, o cursinho oferece 80 vagas no turno da manhã e 80 no turno da noite e conta com 54 professores em sua equipe – que são estudantes de graduação e pós-graduação, em sua maioria – preparando suas e seus estudantes para o ENEM e o vestibular da UFRGS. As aulas são ofertadas de segunda a sexta, das 8h30min às 11h50min (manhã) e das 19h às 22h (noite), com turnos divididos entre 2 ou 3 disciplinas, acordadas em assembleia conforme disponibilidade das e dos professores.

Além das aulas, a ONGEP organiza plantões de dúvidas e grupos de estudos durante o turno da tarde, e, aos sábados, o espaço é utilizado para revisões dos conteúdos e atividades extras; como palestras, saídas de campo, visitas a museus e outros. Os professores, conforme acordado em assembleia, somente podem utilizar os sábados para atividades que se proponham interdisciplinares, ou seja, com a participação de ao menos duas disciplinas na elaboração e execução dessas atividades (EVERS, 2018).

Aos sábados também acontece a assembleia organizativa, sempre no último de cada mês, e conta com a participação de professores, alunos e colaboradores, para discussão e encaminhamento de questões burocráticas, pedagógicas e problemas de outras ordens. Evers (2018), destaca que “a Assembleia é o instrumento de democracia direta utilizado para resolver problemas e para compartilhar ideias, bem como é o espaço de formação pedagógica dos professores e futuros colaboradores”.

Para o ingresso de novos estudantes a ONGEP utiliza um sistema baseado em entrevista e formulário, atualmente os critérios de seleção tem forte inspiração nas Ações Afirmativas, o perfil socioeconômico e a autodeclaração são considerados e determinam se a(o) estudante será chamada(o) para as entrevistas e selecionado (EVERS, 2018). Isso se reflete em um público que é majoritariamente egresso de escola pública, autodeclarados negros ou pardos e com renda *per capita* inferior a 1,5 salário mínimo. Além disso, a maioria dos estudantes é composta por mulheres, o que nos leva a observar que o cursinho tem como público-alvo os setores historicamente marginalizados do acesso à IES públicas (ZAGO, 2008).

Apesar de ser um pré-universitário popular, a ONGEP tem um custo de R\$ 750,00 reais anuais para cada estudante, com parcelas pagas mensalmente. Este dinheiro é direcionado à locação e manutenção do espaço e garante a autonomia do cursinho, que não depende de terceiros, ficando, conseqüentemente, sujeito ao desvio de seus valores e princípios, que pautam a horizontalidade e uma educação libertadora. Estratégias de autofinanciamento também são utilizadas, com a organização de eventos como brechós e rifas. Importante ressaltar que os estudantes que não puderem pagar não são barrados, e o caixa próprio garante que a organização consiga gerir essas situações.

Concluindo, a ONGEP consegue atender, de forma satisfatória, seus objetivos há 17 anos. Passando por momentos de dificuldade e obstáculos comuns aos PUPs como um todo, hoje é uma

das organizações de educação popular mais bem estabelecidas em Porto Alegre. É um projeto que envolve e contempla muitas pessoas, sendo uma referência importante para outros cursinhos.

4 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS: DIFERENTES NARRATIVAS SEGUNDO AS EXPERIÊNCIAS DOCENTES NOS PUPS

Neste capítulo, serão apresentadas e discutidas as falas obtidas como resultados das entrevistas realizadas. No total, foram reunidas cinco falas, acrescidas aqui às falas do autor e das diversas(os) autoras(es) apresentadas(os) ao longo do texto.

Para estruturar a discussão, as falas serão apresentadas conforme a lógica e sequência do roteiro de entrevista. Cada eixo de pergunta, e subperguntas, dará título a cada subcapítulo, que reunirá as respostas concedidas por cada entrevistada(o) às mesmas.

4.1 Que experiências prévias te conduziram a uma aproximação com o PUP? Por que optou por um PUP?

Entrevistada(o) 2

“Ao longo da pós-graduação percebi que não há uma formação para sala de aula, e a experiência didática da pós não é suficiente então procurei algum lugar para me aprimorar nisso.”

“O que fez a virada, pra eu me aproximar da educação, foi participar de um curso de férias da pós em Biologia Molecular, nele há interação com alunos e professores de ensino médio, tomei gosto pela parte da educação apesar de não ter tido a vivência de estudar a parte didática. Gostei muito de ser professora e lidar com pessoas e os alunos”

Entrevistada(o) 3

“Eu comecei a ficar um pouco insatisfeita com as possibilidades da minha graduação. Fui vendo que a parte que mais gostava da pesquisa era a do ensino, de discutir os dados, revisar seminário aí eu comecei a pensar que talvez eu gostasse de dar aula [...] fui a procura de algum espaço que eu pudesse me experimentar na licenciatura”

“Não tendo a formação pra dar aula de biologia [...] procurei espaços que fossem mais flexíveis, mais informais”

“Minha motivação foi mais ‘egoísta’, de ter um espaço que eu pudesse me experimentar como professora e eu acho que também os cursinhos não deixam de ser espaços de formação”

Entrevistada(o) 4

“Eu conheci a ONGEP pelo Facebook e entrei em contato com eles, [...] eu já tinha interesse em trabalhar com cursinho.”

“Eu queria ajudar as pessoas depois de ter feito a graduação, eu queria fazer alguma coisa além do que eu já fazia, e que pudesse beneficiar pessoas que não tinham grandes condições. Dar um retorno pra sociedade de tudo aquilo que eu aprendi, [...] acreditava, que também trabalhando nesse curso pré-vestibular popular eu iria me desenvolver como pessoa e como profissional”

“Num pré-vestibular popular eu tenho mais aquela sensação de que eu tô realmente devolvendo pra sociedade tudo que aprendi dentro de uma universidade pública, e também é como se fosse um ambiente mais amigável pro aprendizado”

Podemos perceber nessas falas, uma similaridade no que diz respeito às motivações que levaram à uma aproximação com o PUP. Muitos(as) futuros(as) educadores(as) buscam espaços em que possam, com a facilidade proporcionada pela não-formalidade destes, exercerem e exercitarem sua prática educativa, sem uma primeira preocupação com os objetivos como a luta pela democratização do acesso às IES públicas ou a superação das desigualdades, como já comentado na bibliografia (PEREIRA, *et al.* 2011). Esta motivação é recorrente no contexto dos cursinhos, e, apesar de não estar relacionada à uma luta com as classes populares, de superação das desigualdades, pode aproximar sujeitos da mesma futuramente, conforme experenciam o cotidiano do PUP (veremos mais a diante).

Chama à atenção também, que grande parte das(os) entrevistadas(os) não tinha, em sua trajetória acadêmica, uma formação para a prática docente. Não pretendo me aprofundar, talvez com uma investigação mais profunda poderíamos verificar se de fato a maioria dos professores de biologia nos PUPs não são egressos da licenciatura em ciências biológicas, mas é uma possibilidade interessante de se explorar: por que os licenciados não estariam presentes nos cursinhos populares? Seguindo, ao passo que isto acarretou em dificuldades por parte das(os) mesmas(os), também possibilitou um contato com a docência que transformou a sua percepção acerca da mesma, abrindo portas para que pudessem se construir enquanto educadoras(es) fora do âmbito formal dos cursos de graduação – inclusive um(a) dos(as) entrevistados(as) ingressou na licenciatura após sua experiência no PUP. Vemos aí a potencialidade desses espaços de, não

apenas oportunizarem o exercício da prática, mas de despertarem o interesse pela licenciatura em sujeitos que não se percebiam antes como possíveis educadoras(es).

Entrevistada(o) 1

“Há alguns anos eu já acompanho alguns movimentos de esquerda [...] me vejo na luta por igualdades sociais e contra as injustiças sobre os oprimidos [...] foi uma oportunidade de efetivar a luta que eu tanto acreditava”

Entrevistada(o) 5

“Já militava no campo libertário e dentro do movimento estudantil, [...] essa experiência me levou diretamente pro COLEP”

“Foi a única opção que vi, porque não existem outras pra dar conta do mesmo fim que a proposta do PUP [...] de construir a Educação Popular e de democratizar o acesso e a permanência nas universidades”

Diferentemente daqueles que, buscam nos PUPs um espaço para se experimentarem e se aprimorarem enquanto docentes, há aqueles que já os procuram por entenderem seu fazer docente como uma prática de militância. Conforme as entrevistas, estas(es) educadoras(es) se aproximaram dos cursinhos já guiados por princípios políticos, que foram decisivos na escolha do próprio projeto em que atuam. Veem neles uma possibilidade de efetivarem a sua luta por uma Educação Popular Libertadora. O interessante desta pluralidade de motivos, que aproximam diferentes sujeitos dos cursinhos populares, é que o diálogo entre eles proporciona uma troca de vivências, que tanto influencia no sentido de apresentar a militância política a partir da educação, como na importância dos espaços não-formais, e que experimentar e praticar a docência tem.

4.2 O que você entendia por Educação Popular antes de começar a dar aula no PUP? Essa concepção mudou ao decorrer da sua experiência no PUP? Que aspectos da Educação Popular vê presentes no PUP de forma prática?

Entrevistada(o) 1

“Seria uma universalização do acesso à educação, que infelizmente é restrita a uma minoria. E a educação popular vem com o viés de empoderar nesse âmbito os de baixo, aquelas pessoas excluídas à margem da sociedade.”

“Com certeza muita coisa mudou, até porque nunca tive muito o embasamento teórico, e mesmo no embasamento teórico a prática te traz outras experiências e vivências da realidade. Não sei especificar quais pontos.”

“De forma prática, é conseguir dialogar direto com aquelas pessoas que estão à margem da sociedade, e sentir que dá pra fazer a diferença, mesmo com pouco, de atingir os objetivos da educação de tornar os cidadãos conscientes e críticos [...] e na educação popular ainda se consegue atingir parcialmente esses objetivos”

Entrevistada(o) 2

“Eu não conhecia, e a partir de lá (ONGEP)[...] foi um momento de virada na minha vida pra entender que nem todo mundo tem as condições pra chegar na universidade”

“A ONGEP mudou muito meus pensamentos, no sentido de ser uma pessoa com mais empatia e ver realmente que não existe meritocracia, que realmente quando tu não tens a estrutura [...] tu vais ter dificuldades”

“Eu via uma grande coletividade, que as pessoas realmente queriam se ajudar, a solidariedade”

Entrevistada(o) 3

“Eu entendia como um espaço pra oportunizar pessoas que não tem dinheiro pra pagar um cursinho pudessem se preparar [...], um campo que o Estado não consegue suprir, de oferecer esse serviço”

“Em parte se manteve, até porque é isso que os alunos estão procurando eles têm a noção de que não teriam esse suporte pra passar no vestibular em outros locais por falta de dinheiro [...] vejo que pelo menos a ONGEP tenta proporcionar outras coisas, além do vestibular, e levar os alunos a terem uma conscientização sobre a realidade e a sociedade em que eles vivem, sobre os direitos que eles muitas vezes não têm mas deveriam ter”

“Questões de cidadania, é uma preocupação da educação popular. Achava que essas questões não eram presentes no cursinho”

“A gente tá sempre nessa briga, tem que vencer o cronograma, mas quer trabalhar temas paralelos que são importantes pra formação cidadã dos alunos [...]e também tem as expectativas dos alunos, de esperar por um serviço que eles receberiam em um cursinho privado e as vezes eles não estão muito interessados nessa parte mais social”

Entrevistada(o) 4

“Não mudou muito o meu conceito, eu já entendia que teria que trabalhar como voluntário, [...] que os alunos são pessoas diferenciadas, [...] diferentes tanto em termos financeiros como sociais.”

“Tentam sempre dividir as tarefas pro maior número de pessoas, todas as decisões são tomadas em conjunto na assembleia e os alunos também tem uma grande participação”

Entrevistada(o) 5

“Já militava organicamente, e por isso já estava atravessado pelos conceitos e princípios da militância libertária [...]. Os aspectos que eu entendia naquela época já estavam bastante próximos ao que vim a compreender depois no COLEP, mas talvez de uma forma mais utópica e menos com um viés pragmático.”

“Mudou, nessa questão mais prática. De como dar conta de organizar, e das contradições que tão impostas ali no cursinho”

“Contemplar os princípios da Educação Popular, da auto-organização, da construção a partir de saberes populares – conjunta e horizontal – da conscientização, da auto-organização, da produção”

“Acho que esbarra no limite da proposta do PUP com pouco tempo de aula [...] a construção a partir de saberes prévios dos estudantes tem limites [...] lida com a contradição de ter uma quantidade de volume enorme de informações escolares e acadêmicas, que tem que ser – e se espera por parte dos estudantes – trabalhada. E eles tem como modelo a escola e os PU privados. A gente tenta ao mesmo tempo dar conta de expectativas de que a gente dê conta do modelo de educação privado, da educação que não é popular [...] nessa contradição a gente acaba absorvendo aspectos dessa educação bancária pra não frustrar as expectativas e não afastar os estudantes”

“Também no sentido pragmático [...] as construções da Educação Popular elas tem um limite difícil de superar num contexto de vestibular. Uma educação popular pré-vestibular ela vai lidar com essa contradição de ter que trabalhar com um enorme volume de informações, que nem sempre vai se conseguir um diálogo e uma construção a partir de cada um”

Nem todos que se engajaram em um cursinho pré-universitário popular o fazem cientes das discussões e paradigmas teóricos sobre a Educação Popular. Nesse sentido, os PUPs têm a potencialidade de serem um espaço para apresentá-los aos recém-chegados, se colocando como um espaço para formação política de educadores militantes ligados à uma prática libertadora (EVERS, 2018). Por terem essa potencialidade, deveriam reivindicar isso como uma de suas principais tarefas.

A diversidade de ideias e concepções sobre a prática educativa dentro dos cursinhos populares é perceptível, mas ainda que haja diferenças há também elementos comuns: como possibilitar uma oportunidade para aqueles que tiveram dificuldades em sua trajetória escolar, relacionadas às desigualdades socioeconômicas, numa perspectiva de cidadania como um direito (ZAGO, 2009) para além do vestibular. A partir disto, fica evidente que eles abrem a percepção para vermos que “a educação para todos não é para todos da mesma forma” (BRANDÃO, 2018) e a escola pública não dá conta de formar sujeitos para o exercício total de seus direitos e cidadania.

É inegável que a vivência prática transforma essas concepções que chegam, e essa experiência possibilita que o sujeito vivencie aspectos da Educação Popular, como a auto-organização, a construção a partir de saberes populares, a conscientização, o empoderamento das classes populares, a democratização do acesso ao ensino superior público, a coletividade. Essas concepções aproximam de um conceito de Educação Popular Libertadora – apresentado anteriormente neste trabalho – que entende a educação como um instrumento de trabalho político-pedagógico, partindo da vida cotidiana dos de baixo.

Por outro lado, ainda que as convicções dos docentes mudem e apontem mais para uma prática emancipadora e libertadora, se deparam com a contradição de ter que lidar com as expectativas dos alunos, que raramente conhecem a possibilidade de uma educação que não seja bancária, que segue o modelo privado de educação como um serviço. Isso gera uma contraposição de ideias, e que para encarar esse desafio prático, posto no cotidiano do PUP, os docentes acabam seguindo princípios de outras concepções de Educação Popular como o de ser uma “expressão apenas compensatória” da defasagem escolar (BRANDÃO, 1984).

Surge um problema: será que, de fato, o contexto de preparação para o vestibular pode estabelecer uma relação dialética com a Educação Popular Libertadora? Pois ela não vem para ser auxiliar à educação escolar, e o vestibular opera na lógica de reprodução e manutenção das desigualdades. O tempo e o cronograma justo são os principais “inimigos” dos cursinhos, e que

muitas vezes as(os) docentes se veem no dilema de priorizar uma preparação para as provas, lidando com um enorme volume de informações; ou priorizar a educação para a emancipação, que não segue a lógica de uma educação mercadológica em que “tempo é resultado”.

É possível que, nesse contexto de preparação para as provas, essa contradição nunca se resolva, pois se os PUPs se negarem completamente de trabalhar com as lógicas de prova seus alunos – que na maioria dos casos já apresentam defasagens educativas – seguirão em desvantagem nessa competição injusta. Talvez o caminho da Educação Popular Libertadora nunca vá, de forma plena, passar pelos cursinhos populares sem se contaminar com a lógica perversa da educação bancária. Talvez, o maior mérito dos cursinhos populares esteja no fato de chamarem a atenção para o processo meritocrático e injusto do vestibular (PEREIRA, *et al.* 2010)

4.3 Como entende o compromisso sócio-político-pedagógico da educação no PUP? Qual a sua intencionalidade pedagógica, seu horizonte de atuação? Isso influenciou na escolha pelo projeto em que trabalha atualmente?

Entrevistada(o) 1

“Acho que um dever nosso/meu, enquanto pessoa que teve muitos privilégios de usar disso pra conseguir atingir outras pessoas que não tiveram as mesmas condições”

“Acredito muito numa educação libertária, de seguir tanto os princípios libertários, quanto numa educação libertadora por Paulo Freire.”

“Esse desejo de lutar junto com as minorias, e querer que a gente tenha uma sociedade mais igual. Principalmente isso que me motivou e me motiva até hoje.”

Entrevistada(o) 2

“tentava trazer a matéria pra vida deles, tive muita liberdade e poderia dar a aula da forma que eu quisesse [...] tentava sempre mostrar a importância da biologia [...] saúde pro cotidiano deles”

“Como educadora e cientista [...] acho que a minha maior intenção é que as pessoas aprendam [...] o conteúdo com emoção para que seja algo significativo. Que sejam pensantes, reflitam sobre os fatos e tento ao máximo fazer a divulgação científica para estimular o pensamento crítico.”

“Outra coisa que mudou com a vivência na sala de aula foi essa concepção de que o aluno é um sujeito ativo, e não passivo.”

“Não (influenciou na escolha pelo PUP), foi se construindo”

Entrevistada (o) 3

“[...] tem muitos professores que na questão política tentam contextualizar os assuntos dentro da realidade da nossa sociedade. Particularmente tenho dificuldade com isso.”

“[...] às vezes apesar da gente querer que tenha esse papel político no sentido de mostrar pra eles as implicações sociais das coisas que a gente estuda nem sempre dá”

“Não (influenciou na escolha pelo PUP), pois os objetivos eram outros”

Entrevistada (o) 4

“um compromisso [...] de apoiar socialmente esses alunos não só a parte de conhecimento e informação. [...] Dar mais condições de manter o aluno estudando”

“[...] penso que ao longo do tempo vou conseguir me desenvolver individualmente, e partir disso causar mais impacto na sociedade [...]causar um impacto positivo na vida de cada um deles consiga obter os seus objetivos, tanto passar no vestibular quanto ter um desenvolvimento pessoal”

“eu acredito nesse poder de transformação da educação”

“Não influenciou na escolha pelo PUP”

Entrevistada(o) 5

“Um compromisso com o paradigma da Educação Popular, com os princípios que assumimos a partir disso (expressos na Carta de Princípios do COLEP), a autogestão e horizontalidade; com a educação libertadora e emancipatória; que combata as opressões; que sirva como ferramenta dos de baixo para a construção de uma sociedade que supere as relações capitalistas; [...] na solidariedade de classe, um senso de responsabilidade pela realidade e pela vida coletiva, compartilhando por todos e todas, então as soluções são responsabilidade também de todos e todas. Um compromisso com a independência de classe, no viés de uma independência de instituições do Estado ou do capital, [...] e desconfiar do assistencialismo estatal e conciliador”

“[...] entra uma questão do COLEP que é a Rebeldia, quando a gente fala de uma educação para a liberdade, estamos falando de uma educação para mudar as coisas definitivamente.”

“a auto-organização dos estudantes, [...] a autonomia ela não brota, e essa construção vai ao longo do processo de imersão no coletivo – tanto de professores quanto de estudantes”

“[...] esbarra em contradições relacionadas às expectativas e das barreiras a serem superadas, [...]também na questão material, dos recursos, do tempo, da chegada do estudante até a aula, da evasão, [...] dar conta de uma série de demandas de luta, dentro e fora de sala, e entra nas nossas responsabilidades.[...] outro compromisso seria manter o contato com os estudantes que saem do cursinho”

“Como eu sou um dos membros fundadores, não foi muito uma escolha. Talvez no sentido de que, sabendo que existem outros cursinhos com outras propostas, a proposta do COLEP se alinhava mais com [...] um viés político”

“[...] um grau muito grande de compromisso com a coerência entre a teoria e a prática. Ainda que existam as contradições, estamos sempre buscando fazer a autocrítica e estar conscientes das mesmas, pra poder superá-las [...] que também entendo como um dos princípios da Educação Popular. Essa interação e dependência para construção da prática e da teoria ao mesmo tempo.”

O ponto comum aqui é que, construir um conhecimento que seja significativo, para além dos objetivos do vestibular, é um compromisso importante para as(os) educadoras(es) entrevistadas(os). Para aquelas(es) que chegam, em princípio, com objetivos mais particulares, de formação pessoal ou dar um retorno social, o projeto sócio-político-pedagógico do PUP não é determinante na escolha pelo mesmo, conforme já citado por outras autoras (ZAGO, 2009). Mas, como apresentado no subcapítulo anterior, esses espaços tem a possibilidade de aproximar esses sujeitos que chegam, de uma educação mais libertadora, que tem como compromisso o empoderamento dos de baixo e o fim da sociedade desigual.

Para aqueles que optam por um projeto específico, já conscientes de seus princípios e intencionalidades enquanto docentes, a prática reforça-os e também os coloca de frente com as dificuldades de organizar um movimento social. De forma geral, é possível perceber que no contexto dos PUPs há um diálogo muito próximo à Educação Popular freiriana, seja a partir de um projeto de cursinho ou da percepção de cada docente. Entendendo a relação professor-aluna(o) como uma troca, em que ambos têm muito a oferecer, e que vê a(o) estudante como sujeito ativo na sua educação. Daí parte uma busca pelo incentivo à autonomia das(os) mesmas(os), entendendo isso como um processo longo e contínuo durante a trajetória no cursinho, e que afeta todos os sujeitos envolvidos. Essa autonomia se manifesta muito através de uma possibilidade de que as(os) alunas(os) tenham poder de decisão e voz nessa construção coletiva, para que também se tornem e sintam responsáveis por essa construção.

Algumas perspectivas são mais objetivas e imediatas, como possibilitar que os setores populares simplesmente acessem as IES públicas. Outras propõem que repensemos as causas que levam à necessidade da existência dos cursinhos, como nos lembra Brandão (1984), “sujeitos das classes populares são para não serem educados regularmente” e sua defasagem escolar serve como

instrumento de perpetuação das desigualdades – a *Rebel dia*, como um princípio de uma educação *para mudar as coisas definitivamente* simboliza isso.

A *Solidariedade*, como um princípio importante, que se manifesta através do reconhecimento de que as desigualdades também dificultam a frequência dos alunos. Muitas(os) das(os) docentes relataram a evasão como um dos grandes problemas, e nesse sentido, há uma preocupação em garantir suporte para manter as(os) estudantes no curso até o final.

Um(a) dos(as) entrevistados(as) destaca a necessidade de se manter um compromisso com a *coerência entre a teoria e a prática*, não fugindo das contradições, mas acirrando-as, buscando a autocrítica e lembrando que ambas têm uma relação de construção interdependente. Além disso, manter *independência de instituições do Estado ou do capital*, porque, como define Jaime Zitkoski (2011):

A Educação Popular busca desenvolver uma estratégia militante junto às classes populares, sem querer institucionalizar o seu trabalho político. [...] Por resistir a se tornar um exercício pedagógico fechado e/ou institucionalizado, a Educação Popular torna-se a possibilidade prática da crítica dos sistemas hegemônicos e institucionalmente consagrados por serem dominantes.

4.4 Como desenvolve sua metodologia de trabalho com os discentes do PUP? Quais as estratégias para mobilizar a participação dos alunos? O diálogo e a valorização dos saberes populares estão entre as estratégias?

Entrevistada(o) 1

“[...]nos organizamos enquanto professores de biologia, de montar o planejamento do ano; o que vai ser trabalhado; quando vai ser trabalhado; de que forma será trabalhado...”

“A gente desde o ano passado está com a ideia de os alunos participarem das reuniões, agora nesse ano a gente tá conseguindo atingir mais esse objetivo, e já tiveram alunos que participaram de algumas. O que temos feito é uma vez por mês dedicar um período para que os alunos tenham um momento de reunião deles, temo uma equipe de apoio, essa equipe então participa junto com eles, mas os alunos são protagonistas. É um momento pra se reforçar a ideia de que eles também são parte do coletivo, tanto educadores quanto educandos fazem parte desta construção”

“Sim (a presença do diálogo e valorização dos saberes populares), acho que tanto convidá-los para as nossas reuniões quanto estimular que se reúnam entre eles faz parte disso”

Entrevistada(o) 2

“[...]tento trazer o conhecimento prático e fugir da decoreba, tentando facilitar a assimilação...”

“Eu costumo fazer perguntas ao longo da aula, não trazer tudo pronto, mas tenta buscar com eles os conhecimentos prévios sobre o assunto.”

“Buscar informações que eles já tenham na vivência deles e tentar dar seguimento nos conteúdos, tento sempre trazer os alunos para as aulas estabelecendo uma amizade com eles [...]acho que isso rompe com a barreira professor-aluno, porque eu não acredito que o professor é aquela figura que sabe tudo e o aluno é um ‘livro em branco’.”

“Alguns assuntos que a gente trabalhava eles traziam mais a vivência deles e do cotidiano...”

Entrevistada(o) 3

“Eu acabo seguindo mais no enfoque conteudista, de preparar para as provas [...] vou direto pra ver dentro das provas o que tem daquele conteúdo”

“Sinto que os alunos ficam satisfeitos com isso, acho que seria ótimo se pudesse dar ênfase para o outro lado, mas a falta de tempo não permite”

“Não é muito frequente (diálogo e a valorização dos saberes populares), sinto que os alunos sentem menos liberdade [...] por acharem que não tem conhecimento pra opinar [...] no geral trazem pouco da realidade deles”

Entrevistada(o) 4

“Eu utilizo o livro didático do ensino médio [...], tento fazer mapas mentais e trabalhar com exercícios...”

“Eu tento sempre fazer perguntas, eu tento não só jogar o conteúdo e esperar que eles entendam, tento instigar o porquê disso e daquilo [...]. Tem sido positivo, eles costumam participar bastante.”

“[...] tento encontrar aquilo que eles já sabem, as bases das coisas que eles já sabem, e a partir daí construir um novo conhecimento. [...] Também tento dar exemplos do cotidiano, como de coisas que eles realmente conseguem vivenciar no dia a dia”

Entrevistada(o) 5

“[...] acaba caindo, na prática, em uma exposição dialogada, ou seja, trabalhar com imagens e slides, mas tentando sempre fugir da modelo palestra. Tentar mobilizar os conhecimentos que eles têm, dentro dos temas que o vestibular e ENEM propõem.”

“[...] mobilizar uma construção de um conhecimento a partir do que é trazido por eles, conjuntamente com os conhecimentos escolares e acadêmicos, e construir a partir daí um novo conhecimento, permeados pelos saberes populares.”

“[...] esse modelo que seguimos nos PUPs ainda está muito ligado à educação bancária e as concepções e estratégias da educação privada pra superar o vestibular. Também é um desafio integrar cada vez mais a participação deles”

“A gente tenta sempre trabalhar com a valorização da pergunta [...], mas de construir e valorizar esse espírito de indagação e curiosidade – a tal da curiosidade epistemológica que o Paulo Freire traz...”

“Sim, com certeza (a presença d diálogo e a valorização dos saberes populares). Começa desde como a gente trata o que os estudantes trazem, a gente tenta valorizar e considerar como um saber válido, adotar um postura ‘positivadora’, acolhendo o que é trazido ‘isso que tu sabe não é uma bobagem, é o que tu sabe e vem das tuas experiencias com o corpo e tua vivência social, dotada de valor, e é também uma forma de conhecer’. Acho que a partir daí, discutir como é construído o saber acadêmico/escolar e instrumentalizar pra que com a junção dessas epistemologias construir o conhecimento”

A metodologia de trabalho é um momento de conflito, em que se percebem as maiores barreiras e mais se acirram as contradições entre a proposta de uma educação libertadora como resposta à educação bancária. Conforme apresentado anterior, talvez esta contradição será constante enquanto existirem os concursos vestibulares. Pensando isso, os PUPs para serem coerentes com sua proposta de democratização do acesso às universidades públicas deveriam lutar contra os concursos vestibulares, e conseqüentemente, lutarem por seu próprio fim.

A estratégia que foi destaque comum entre as(os) entrevistadas(os) é a valorização da Pergunta, como um estímulo à indagação e um momento que possibilita a mobilização de conhecimentos prévios por parte das(os) estudantes durante as aulas. E, partindo dela, tentar construir uma prática que dê conta tanto de ser libertadora, no sentido de resgate e valorização dos saberes populares advindos da experiência cotidiana, dialogando com os conteúdos presentes no concurso vestibular e ENEM.

Um(a) dos(as) entrevistados(as) aponta a dificuldade de traçar essa relação nas aulas, devido ao caráter extremamente conteudista e técnico dessas provas, que abordam conhecimentos muito especializados, e também certo receio das(os) alunas de se manifestarem por conta disso – muitas vezes são conteúdos que não estiveram presentes em sua trajetória escolar – e também por não se entenderem enquanto atores da própria educação.

Também essa abordagem mais “tradicional” e expositiva, com aspectos da educação bancária, é relatada como necessária para não frustrar as expectativas das(os) estudantes, que tem outros modelos de educação como modelo. Cumprir com o compromisso de preparação para as provas, “vencendo” o enorme volume de informações também aponta para esta metodologia. Construir um novo conhecimento, que contemple a demanda das provas e que tenha valor para o cotidiano é um horizonte das(os) educadoras(es) nos PUPs.

Outra estratégia que aparece, é o planejamento e organização coletiva das aulas entre os professores de cada disciplina. Segundo os relatos, isso proporciona aulas mais criativas, além de coletivizar a responsabilidade pelas mesmas. Esse planejamento coletivo também acontece porque é frequente nos cursinhos a prática da docência compartilhada, em que dois ou mais educadoras(es) participam simultaneamente e de forma auxiliar durante as aulas. É uma estratégia que garante certa segurança para educadoras(es) com menos experiência em sala de aula.

Por fim, a necessidade de atender às demandas do vestibular é algo que limita a possibilidade dos PUPs de atuarem em prol de uma educação emancipadora, pois fundamentalmente, limita o papel do(a) educador(a) popular de participar com e auxiliar as classes populares na produção do saber popular de acordo com as demandas dos de baixo. Esses conhecimentos, de uma forma ou de outra, estarão sempre presos aos conteúdos exigidos pelas provas.

4.5 Como percebe no cotidiano do PUP as relações de poder? Como são as relações entre professores e discentes, e a participação dos mesmos no planejamento e nas decisões?

Entrevistada(o) 1

“As relações de poder são um pouco difíceis de desconstruir, tem aquela ideia de o professor é ‘mais’ que o aluno por ele deter mais conhecimento, mais poder. Tentamos conversar sobre isso, que, tanto eles quanto nós aprendemos, e muitas coisas um sabe e outro não sabe e isso é troca de conhecimento. Estamos sempre crescendo juntos. [...] Tentamos propor essa relação, de que nós somos iguais e estamos ali todos com os mesmos objetivos

Entrevistada(o) 2

“Eu não sentia essa relação de poder, eu sempre achei que os alunos eram muito próximos dos professores e isso facilitava o contato em sala de aula.”

“A gente tinha uma reunião mensal e alguns alunos participavam, tínhamos sempre alunos bem engajados.”

Entrevistada(o) 3

“Tem uma tentativa de estabelecer relações mais horizontais, todo mês tem a assembleia pra discutir quaisquer questões e todos participam...”

“Acho que mesmo com esses esforços é muito difícil acabar com a figura do professor como detentor do conhecimento [...] é perceptível que os alunos ficam acuados pra falar as coisas, eles mesmo já colocaram isso. A bagagem dos professores as vezes intimida...”

“[...] às vezes também falta de nós professores repensarmos as posições, porque é muito intrínseco os alunos de sentirem ‘alunos’ e os professores se sentirem ‘professores’. Faz parte, mas temos que fazer um esforço pra mudar.”

“[...] ali é apenas um momento em que estamos discutindo isso, e muitos professores vivem outros espaços durante a semana toda aonde isso não é pensado, tu mudas de lugar e acaba entrando em outra lógica.”

“elas (alunas) têm tanto poder de decisão quanto os professores. Acho que isso também é algo da educação popular, existir esse espaço em que os alunos podem tomar decisões e de se sentirem mais responsáveis pelo espaço”

Entrevistada(o) 4

“[...] não existe tanto essa hierarquia, os alunos participam e dão opiniões e conseguem tomar decisões que modificam a estrutura do curso [...] é bastante horizontal. [...] as decisões são todas tomadas em assembleia que conta com a participação de todos...”

Entrevistada(o) 5

“Todo mundo que chega no COLEP sem uma construção política, a partir de uma perspectiva auto gestonária, [...] chega com outros paradigmas: da heterogestão, da heteronomia, da direção que decidirá as coisas e os integrantes terão que dar conta do trabalho. E os estudantes também, entram sem ter muita ideia de que há a possibilidade de se fazer diferente do modelo escolar, ou de um contrato capitalista em que tu contratas um serviço...”

“[...] aos poucos a gente vai construindo – e acho que essa é a parte que mais dá gosto no COLEP – a participação, e no final os estudantes estão se sentindo parte e ativos na construção do coletivo, nas decisões.”

“[...] tentamos sempre ter um diálogo muito próximo e não tomar decisões que digam respeito a eles desconsiderando o que vai ser manifestado. A gente incentiva que eles se auto organizem enquanto estudantes, [...] nossas decisões no COLEP são feitas de forma horizontal, autogerida, em organismos de democracia direta: como a assembleia geral, a assembleia de núcleo, o grupo de apoio, as comissões pras tarefas mais específicas...”

“[...] pela ausência de uma figura única que tome as decisões, todos tem essa responsabilidade. As relações entre professores passam bastante por isso, e também pela questão da autonomia, de estar sempre aprendendo e tendo que lidar com os modelos que chegam e dos que saem. Mas entendo que os modelos que saem a partir do COLEP são muito positivos e coerentes com a proposta do cursinho”.

“[...] aqueles que conseguem, apesar das limitações, chegar até o final do curso saem entendendo mais e valorizando os princípios do coletivo, de como dar conta de um movimento social, porque a nossa pedagogia é a dos movimentos sociais, no caráter de base. Os estudantes saem armados.”

O destaque nestas falas é a horizontalidade, todas(os) entrevistadas(os) mencionaram que em suas vivências nos PUPs há um forte movimento para se pensar a quebra das relações verticais e dos autoritarismos. Ela aparece como um instrumento de incentivo à participação de todos, e principalmente dos alunos, na construção coletiva. Esse é um dos princípios da Educação Popular Libertadora que os cursinhos populares tem mais possibilidade de desenvolver junto a todos os sujeitos neles envolvidos. A relação professor-aluno, que é uma preocupação constante, e passa por lidar com concepções que chegam, tanto de educadoras(es) quanto das(os) estudantes, de

outros modelos de relações atravessadas pelos princípios hegemônicos. O caráter não-formal dos PUPs torna mais fácil, e contribui de forma positiva para serem espaços que propõem essa reflexão e de romper com as relações de poder verticais e autoritárias, não só dentro de sala, entre educador-aluno, mas também na relação entre eles quanto às questões organizativas; também a relação educador-educador, na rotina e construção dos mesmos.

Ainda assim, essas relações precisam estar sob constante olhar e autocrítica, pois como aponta um(a) dos(as) entrevistados(as), o espaço do PUP é apenas um em meio a vários outros espaços do nosso cotidiano que não operam sob a lógica das relações horizontais. Por isso, é importante dar condições para que todos esses sujeitos envolvidos possam desenvolver a sua participação na construção coletiva com base na autonomia e na auto-organização. O reconhecimento das(os) estudantes, no sentido de validar seus conhecimentos e saberes prévios, é fundamental para incluí-los nessa transformação das relações, mais solidárias e justas. Este é um dos ensinamentos mais significativos que os PUP podem difundir em direção à constituição de uma cidadania plena.

4.6 Tem mais alguma questão importante sobre a educação popular e o PUP que considera importante abordar?

Entrevistada(o) 1

“[...]a gente precisa se unir mais enquanto coletivos de educação, pra pensar estratégias juntos. Um problema comum e importante é a evasão, como a gente diminui ela? Como a gente acompanha mais de perto os alunos?”

“Outra questão recorrente é a dos critérios de seleção, damos prioridade pra quem estudou em escola pública, quem reside em comunidades próximas – que foi o público alvo inicial do COLEP – e negras e negros. Daí vem algumas reflexões, mesmo com esses critérios de seleção por que a grande parte dos alunos são brancos? Claro, sabemos o porquê, mas como a gente muda isso? O mesmo pros educadores, a gente tem que ter um critério de seleção com base nisso, por que quase todos os professores do COLEP são brancos? Por que não temos professores negros? Também sabemos disso, mas como a gente pode mudar essa realidade? São questões importantes que perpassam outros cursinhos também.”

Entrevistada(o) 2

“Eu acho que todo mundo que gosta e quer se envolver com educação deveria ter contato com um PUP, é uma experiência que faz muita diferença no sentido de melhor conhecimento da realidade social, das dificuldades que as pessoas enfrentam. [...] Foi um espaço para autoconhecimento”

Entrevistada(o) 3

“[...] acho interessante a forma que a ONGEP se organiza, acho que outros espaços deveriam se inspirar, que todos deveriam se sentir responsáveis pela organização coletiva, [...] eu aprendi bastante, e é um lugar mais fácil de ser professor porque os alunos estão bem motivados e atentos, e tem uma questão de gratidão conosco.

EU: “essa questão da organização coletiva é algo que tu consegues levar pra outros âmbitos da tua vida?” “Acho que sim, em outros espaços reconhecer meu direito de expor o que penso e me colocar, acaba estimulando à participação na construção de outras coisas até mesmo dentro da graduação. Te faz pensar ‘eu devia estar dizendo como devem ser as coisas porque eu faço parte disso’, sem os alunos não existiria universidade.”

Entrevistada(o) 4

“Eu acredito que esses cursos PUPs existem por uma falha no sistema, é uma maneira que a gente encontra de reparar [...], mas que idealmente a escola pública teria que preparar esses alunos pra estarem no mesmo nível que aqueles que estudam em escola particular [...] são maneiras que a gente encontra pra tentar mitigar esses erros de um sistema maior”

Entrevistada(o) 5

“A perspectiva do COLEP tem sido de expandir a Educação Popular. A defasagem e as omissões do Estado, principalmente entre os mais oprimidos e precarizados, na educação básica, como o analfabetismo, total ou funcional, a evasão escolar, as retenções, [...] é ir além do PUP e buscar essas outras camadas da educação e lidar com as demandas mais urgentes da Educação Popular. Essa proposta do PUP vem muito de uma concepção da universidade, os universitários participam e constroem, no sentido de democratizar o acesso à universidade, mas para democratizar de verdade o acesso a gente deveria acessar outras camadas. Então acho que o PUP tem que dar conta das outras etapas que limitam o acesso à universidade, como o acesso à escrita, à leitura e outras etapas da educação básica”

“Nesse sentido o COLEP está no processo de adentrar no sistema prisional, na FASE e fazer um trabalho de retomada dos estudos, roda de leitura; informal, cultural e escolar ao mesmo tempo. No sentido de preparar para o reingresso no sistema formal de ensino. Continuar uma educação popular voltada não só na universidade, mas para a educação popular das e dos de baixo – e esse aspecto ainda tá pouco coberto pelas nossas redes. Mas aos poucos vai isso vai

se construindo à medida que esses problemas vão se evidenciando, pra todas as redes de educação popular.”

Como encerramento das entrevistas, foi concedido um espaço para que as(os) entrevistadas(os) manifestassem livremente quaisquer considerações que não foram contempladas plenamente nas perguntas anteriores. Esse momento foi importante para proporcionar que elas(es) pudessem compartilhar em suas vivências nos PUPs aquilo que fosse mais marcante ou urgente em relação a todo o contexto que os cerca, e da Educação Popular.

A(o) Entrevistada(o) 1, aponta a necessidade de engajamento entre os cursinhos para que juntos possam construir e compartilhar a solução de seus problemas e superação de algumas de suas contradições. Dentre elas, a representatividade, pois se os cursinhos populares se propõem a construir a Educação Popular da sociedade que supera às desigualdades, nada mais justo que eles próprios apresentem soluções e alternativas para estes problemas, e que também trabalhem para escancará-los para a sociedade e discuti-los.

A(o) Entrevistada(o) 2, destacou a importância do cursinho como um espaço para a formação pessoal, e que depara o(a) educador(a) com os problemas da educação e da realidade social. Mais uma vez, chamo atenção para o papel que esses projetos deveriam reivindicar de conscientizarem não só as(os) estudantes oriundos das classes populares, mas também educadores, apoiadores e demais sujeitos relacionados aos PUPs.

Para a(o) Entrevistada(o) 3, a importância do que é aprendido na vivência do PUP, principalmente a perspectiva da participação e da construção coletiva, das relações horizontais, pode reverberar pra outros âmbitos da vida dos sujeitos envolvidos, no sentido de que em outros espaços estarão empoderados para atuar na mudança e instituição destas demandas.

A(o) quarta(o) entrevistada(o) chama atenção para a necessidade de os cursinhos existirem por conta das defasagens da educação pública, como uma forma de mitigar um problema maior – o da educação escolar como agente de produção e manutenção das desigualdades sociais (BRANDÃO, 1984). Nisto, cabe a luta pela educação pública com acesso universal e de qualidade, na lógica de servir às demandas das classes populares.

Por último, a(o) Entrevistada(o) 5 destaca a limitação dos PUPs de agirem na direção de democratizar o acesso às IES públicas, pois apenas suprir a defasagem escolar dos conteúdos relacionados ao vestibular não impacta às condições primeiras que levam à elitização das

universidades públicas. Assim, as ações dos cursinhos estariam longe de garantir a aproximação efetiva das chances de acesso ao ensino superior e não teriam a potencialidade de gerar mudanças profundas (ZAGO, 2008; PEREIRA, 2010). Para democratizar de verdade o acesso, os cursinhos populares deveriam se preocupar também com questões como a alfabetização – que ainda hoje é um dos graves problemas da educação no país – as retenções e evasões, bem como outros problemas que impedem que os setores populares da sociedade vislumbrem a possibilidade de frequentarem o acesso à universidade pública. Estas problemáticas ainda estão pouco contempladas pelas propostas dos cursinhos populares, e deveriam ser consideradas com mais atenção.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como ponto de chegada da pesquisa realizada, gostaria de propor que reflitamos alguns aspectos acerca dos cursinhos pré-universitários populares.

Considero que, apesar das suas muitas limitações no que tange a atingirem os objetivos da Educação Popular, é um potencial pedagógico que os PUPs possam, pelo menos, aproximar pessoas de seus conceitos e práticas. A partir daí, surge a necessidade dos mesmos de repensarem suas práticas enquanto coletivos de Educação Popular e talvez expandirem seus horizontes para outros projetos.

Como os cursinhos buscam alternativas de inclusão de novos públicos na universidade pública ao reivindicarem a superação da lógica do vestibular, há aí a possibilidade de se reinventarem e pensarem suas práticas no sentido de incidirem sobre outras problemáticas da educação em nossa sociedade, nas necessidades mais profundas e urgentes das classes populares. E que possam, então, colaborar na construção de um novo projeto de sociedade através da educação.

Destaco também, a necessidade desses projetos se preocuparem com um rigor de coerência entre princípios e práticas, com uma autocrítica constante. A necessidade de que, ainda que em sua diversidade e diferenças, se unam na luta utópica pela Educação Popular agindo em prol de transformar a realidade social e transformar o status quo, desbancando a educação que atua no reforço da desigualdade e manutenção das estruturas sociais injustas. Que construam com o povo um novo projeto de sociedade para a liberdade e emancipação, que celebre os saberes populares e seja mais justa.

Ao nosso alcance, está a possibilidade de estreitarmos cada vez mais a parceria entre o movimento dos PUPs e a universidade pública, através dos acadêmicos de licenciatura, seja integrando um cursinho e vivenciando a prática e produzindo teoria; ou na produção teórica, refletindo a prática e propondo novos horizontes. A meu ver, está é uma conduta ética e necessária em defesa das IES públicas, que atualmente, vivem um momento de forte ameaça de sua existência – seja pelos ataques ideológicos, que contaminam a opinião pública; seja pelos cortes orçamentários, que diretamente sucateiam a estrutura física e administrativa dessas instituições.

Não esquecendo estas palavras, que nos atentam para a realidade – que apesar de dura é o substrato da mudança pela qual lutamos –, finalizo resgatando Freire e suas palavras de esperança:

Não quero dizer, porém, que, porque esperançoso, atribuo à minha esperança o poder de transformar a realidade e, assim convencido, parto para o embate sem levar em consideração os dados concretos, materiais, afirmando que minha esperança basta. Minha esperança é necessária mas não é suficiente. Ela só, não ganha a luta, mas sem ela a luta fraqueja e titubeia. Precisamos da herança crítica, como o peixe necessita da água despoluída.” (FREIRE, 2014. Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido, p.5)

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação Popular** 1984

CASTRO, Cloves Alexandra de. **CURSINHOS ALTERNATIVOS E POPULARES: Movimentos Territoriais de luta pelo acesso ao ensino público superior no Brasil**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP 2005

EVERS, Aline. **A redação engaiolada: padrões lexicais e ensino de redação em cursos pré-vestibulares populares**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Letras, Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS 2018.

FONAPRACE/ANDIFES. **IV Pesquisa do Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior brasileiras** 2014. Uberlândia: Fonaprace/Andifes, 2016.

GADOTTI, Moacir. **Educação popular, educação social, educação comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum**. Revista Diálogos, v. 18, n. 2, 2012.

LOUREIRO, Camila Wolpato. **Entre Freire e Castells: pensando o caso dos pré-universitários/vestibulares populares**. Revista de Educação Popular, v. 17, n. 3, p. 143-153.

PEREIRA, Thiago Ingrassia; RAIZER, Leandro; MEIRELLES, Mauro. **A luta pela democratização do acesso ao ensino superior: o caso dos cursinhos populares**. Revista Espaço Pedagógico, v. 17, n. 1, 2010.

VICTÓRIA JUNIOR, Clóvis. **A igualdade é branda: estratégias de luta por classificação em pré-vestibulares populares no contexto da ação afirmativa na UFRGS**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2012.

ZAGO, Nadir. **Cursos pré-vestibulares populares: limites e perspectivas**. Perspectiva, v. 26, n. 1, p. 149-174, 2008.

ZAGO, Nadir. **Pré-vestibular popular e trabalho docente: caracterização social e mobilização.** Revista Contemporânea de Educação, v. 4, n. 8, 2009.

ZITKOSKI, Jaime José. **Educação Popular e Movimentos Sociais na América Latina: Perspectivas no Atual Contexto.** Educação Popular e Práticas Emancipatórias: Desafios Contemporâneos Porto Alegre/RS (CORAG), 2011, p. 11-23